



A imagem de mundo a partir da concepção de sujeito e ciência da modernidade

The image of the world from the conception of subject and science of modernity

Flávio de Oliveira Silva ¹

Introdução

As reflexões partilhadas neste ensaio resultam inicialmente da leitura do texto O tempo da imagem do mundo (*Die Zeit des Weltbild*), que compõe a obra Caminhos de Floresta (*Holzwege*), traduzido e publicado pela editora portuguesa da Fundação Calouste Gulbenkian. O texto referido resultou da conferência proferida pelo filósofo alemão Martin Heidegger em 09 de junho de 1938, sob o título “A fundamentação da imagem moderna do mundo mediante a metafísica”.

Trata-se de um texto sem divisão por item ou capítulo, seguido de notas de aditamento para esclarecimentos de termos mencionados no corpo do texto. O filósofo discorre em um só fôlego sobre a instauração da imagem de mundo, em que apresenta a tecitura do processo de formação dos tempos modernos (*Neuzeit*).

No texto, Heidegger apresenta como tese a instauração da modernidade como resultado da representação metafísica sobre o ente, entendendo que a modernidade se caracteriza por apresentar um desfecho sobre a essência do ente e da verdade. Em outras palavras, ele afirma que a modernidade é a decisão sobre o que é o mundo na totalidade. “Com a metafísica cumpre-se a meditação sobre a essência do ente e uma decisão sobre a essência da verdade.” (HEIDEGGER, 1998, p. 97).

Na esteira da argumentação, o filósofo apresenta os modos de manifestação que tipificam essa nova era: a estética, a cultura, a desdivinização e a ciência seguida da técnica. Dentre esses modos de manifestação, ele se deteve em aprofundar suas reflexões sobre a ciência, considerando-a o princípio diretivo que consolida a imagem de mundo.

¹ Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Doutor em Filosofia pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFPB-UFRN-UFPE, com estágio doutoral na Università degli Studi di Padova.

Neste entendimento, a modernidade se traduz como domínio planetário por meio da ciência e da técnica.

Passados mais de 80 anos das afirmações de Heidegger sobre a fundação de uma imagem de mundo e domínio da ciência, parece-nos propício o momento atual para retomar seu pronunciamento e avaliar em que medida seu pensamento continua a esclarecer sobre o nosso tempo.

Heidegger, assim como todos os filósofos, nos fala sobre o que está velado no visível da existência. O velado é o não explícito, o não visível, de domínio metafísico. É no confronto e no embate do pensamento com a realidade que o dizer do filósofo pode se constituir em história em direção à verdade. Este é nosso intento: confrontar o pensado e já dito com os recentes encaminhamentos do nosso tempo.

Nosso momento histórico, marcado por desconfiças e tentativa de anulação das produções científicas até então inquestionáveis, nos convida a essa reflexão. Estaria a imagem de mundo em processo de desconstrução? Estaria a ciência perdendo o domínio de poder de construção da imagem de mundo? Nossa pretensão é fazer um recorte do pronunciamento de Heidegger sobre a relação entre imagem de mundo, sujeito e ciência na modernidade, e confronta-lo com episódios de nossa vivência atual, ora intensificada pela crise sanitária mundial da covid-19.

A crise sanitária mundial provocada pelo SARS-CoV-2 fez ressurgir a discussão sobre a verdade e validade da ciência. Os resultados de pesquisas e os encaminhamentos determinados pela ciência para conter o vírus em expansão, foram questionados por indivíduos e grupos de diversas instâncias de poder e conhecimento. No caso do Brasil, o tema entrou em discussão, inclusive, no parlamento.

Entre os pontos principais que colocam em discussão a legitimidade do saber da ciência, estão: a eficácia das vacinas, em especial as de combate à covid-19, e o uso de medicamentos prévios para combate ao vírus. Outro ponto que coloca em suspeita a verdade da ciência é com relação ao formato do planeta. Cresce o grupo dos que duvidam das informações científicas tradicionais. Indivíduos que rechaçam a afirmação e comprovação científicas sobre o formato redondo da terra e defendem a ideia de terra plana. Este cenário nebuloso nos convida a questionar se a afirmação heideggeriana sobre uma imagem de mundo subsidiada pela ciência estaria se desestruturando. A verdade da ciência estaria de fato sendo colocada em suspeita? Restringiremos nossas sucintas considerações à problemática referente à crise sanitária mundial.

No texto que nos serve de base para essa reflexão, Heidegger nos faz entender que a construção da imagem de mundo ocorre pela primeira vez na modernidade e, mais que isso, é ela que institui a modernidade e se registra como uma época. Imagem de mundo, neste sentido, significa a apresentação certa e segura dos extremos que compõem a totalidade do mundo: o ser humano e as coisas do mundo.

No desenvolvimento do texto, Heidegger apresenta a noção de sujeito promovida a partir do pensamento de René Descartes (1596-1650), e afirma que, nessa apresentação de ser humano, está a base de sustentação que determinou a certeza da verdade, reorientação e estruturação da ciência e, com isso, a apresentação da imagem de mundo.

A concepção de sujeito como medida e determinação da verdade.

Ainda que Descartes não utilize o termo sujeito (*subiectum*) para se referir ao Eu (*cogito*), as gerações de filósofos que se seguiram analisando e interpretando os textos de sua filosofia, atribuíram a ele a noção de ser humano entendido como sujeito. Obviamente, o constructo do eu, elaborado por Descartes e designado como sujeito pelas gerações subsequentes, tem sua proveniência amplamente justificada. Nas obras Discurso do Método e Meditações, ambas originalmente publicadas em francês, Descartes utiliza o termo *substantia* para explicar sua descoberta acerca da natureza do humano. “[...] compreendi, então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material”. (DESCARTE, 1999, p. 62-63).

Conforme Mora (p. 648, 1998), o vocábulo latino substância (*substantia*) era utilizado como tradução para os termos gregos *hipóstase* e *ousia*. Por substância, os antigos entendiam aquilo que subsiste para além dos acidentes, isto é, para além do que é mutável e efêmero. Nesse sentido, a substância expressa a realidade concreta em oposição ao imaginário, servindo, portanto, ao propósito de Descartes de apresentar uma realidade indubitável.

Heidegger apresenta a seguinte explicação do processo de interpretação que se operou na história da filosofia e estabeleceu uma relação de identidade entre os termos substância e sujeito: o termo latino *subiectum* era utilizado pelos romanos como designação para o ente real, existente. Esse termo romano é a tradução literal da palavra grega *ὑποκείμενον* (*hipokeimenon*). (HEIDEGGER, 2001, p.143). Em outras palavras, o termo sujeito (*subiectum*), para os romanos, era o nome dado para a coisa real existente, perceptível, visível, tendo como traço fundamental a *substantia*, isto é, o ser em si para além dos acidentes que lhe ocorrem. Em grego, a palavra que traduz *subiectum* é *hipokeimenon*, e o termo que traduz a palavra latina *substantia* é o termo grego *ousia*.

Em vários outros textos, Heidegger explica essa relação:

Perguntamos como se chega ao posicionamento enfático do “sujeito”? De onde emerge esse domínio do elemento subjetivo que dirige toda a humanidade moderna e toda sua compreensão do mundo? Essa pergunta é justa porque até o começo da metafísica moderna com Descartes e mesmo ainda no interior dessa própria metafísica, *todo ente*, na medida em que é um ente, é concebido como *subiectum*. **Sub-iectum é a tradução e interpretação latinas do termo grego ὑποκείμενον, e significa aquilo que sub-jaz, aquilo que se encontra na base, aquilo que por si mesmo já se encontra aí defronte.**²

² HEIDEGGER, 2007, p. 104, grifo nosso.

A partir desse encaminhamento, o passo decisivo para desenhar e legalizar uma imagem de mundo estava consumado: o ser humano concebido como sujeito, cuja existência se pode atestar, não apenas porque os sentidos registram a sua presença, mas, sobretudo, porque é incontestável que há um pensamento em curso ao se colocar em dúvida os sentidos que registram a presença de algo.

Conforme Descartes, mesmo quando tudo que é visto e pensado possa ser colocado em dúvida, não é possível duvidar que se duvida. Ou seja, o que é visto pelos sentidos, os órgãos dos sentidos e o próprio ser humano podem ser colocados em dúvida, mas não pode ser colocado em dúvida esse pensamento que duvida. O filósofo deduz, ainda, que essa dúvida colocada não poderia vir do nada. Como desfecho, concluiu ter apresentado a prova indubitável da existência do pensamento, e deste como fundamento da evidência da existência.

Desde então, o pensamento passa a ser recepcionado como um atributo incontestável que define o ser humano: um ser pensante que descobre a si mesmo por meio da razão. Razão entendida como o lugar em que se opera o pensamento.

A nova posição que o ser humano assume por meio da filosofia de Descartes, redefine conclusivamente o seu lugar como a medida de grandeza. Desde então, fica instituído o ser humano como referência para definição e avaliação dos demais entes. A razão, que pode conhecer as leis da natureza, propiciaria aos seres humanos tornarem-se “senhores e possuidores da natureza” (DESCARTES, p. 87. 1999a).

Firmou-se, a partir das incursões cartesianas, uma tradição que potencializou e realinhou as reflexões de Descartes, afinal, o filósofo apresentou, de forma persuasiva e consistente, o fio condutor para estruturação de uma ciência indubitável. Convém reproduzir parte significativa das reflexões cartesianas decisivas para reorientação da filosofia e instauração da ciência moderna.

Mais tarde, ao analisar com atenção o que eu era, e vendo que podia presumir que não possuía corpo algum e que não havia mundo algum, ou lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que não existia: e que, ao contrário, **pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, resultava com bastante evidência e certeza que eu existia**; ao passo que tudo o mais que alguma vez imaginara fosse verdadeiro, já não teria razão alguma de acreditar que eu tivesse existido; **compreendi, então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material.** [...]

[...] E, ao perceber que nada há no *eu penso, logo existo*, que me dê a certeza de que digo a verdade, salvo que **vejo muito claramente que para pensar, é preciso existir, concluí que poderia tomar por regra geral que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras,** [...].³

³ DESCARTES, 1999a, p. 62-63, grifo nosso.

Chamamos a atenção ao ponto crucial em que Descartes apresenta a substância como realidade indubitável, à diferença do imaginário. Ou seja, a substância expressando o real, o existente, o presente. Aquilo sobre o qual não paira dúvida alguma e cuja existência é autossuficiente. “Quando concebemos a substância, concebemos uma coisa que existe de tal maneira que só tem necessidade de si própria para existir”. (DESCARTES, 1997, p. 45). “[...] o pensamento constitui a natureza da substância que pensa.” (Ibidem, p.46).

Nas reflexões do Discurso do método (1637) e nas Meditações sobre a filosofia primeira (1641), estão os principais argumentos que colocam em dúvida a existência de todas as coisas, para então concluir, como o ponto de partida, certo e seguro, a existência do ser humano como certeza indubitável: “penso logo existo” (*cogito ergo sum*).

Com a descoberta do cogito como realidade efetiva, interpretada como certeza indubitável, ocorreu o que Heidegger tratou por inversão operada pelos Modernos em relação ao entendimento dos Antigos e Medievais.

Os Antigos viam e lidavam com os entes como presença real, e, nesse sentido, os entes eram considerados *subiectum*. O termo latim *subiectum* era expresso em diferentes abordagens e traduções com o mesmo sentido do termo *substantia* (substância), funcionando como uma espécie de sinônimo. Ambos os termos eram uma menção ao que efetivamente permanece inalterável no ente.

Com Descartes, o termo substância passa a designar o ser humano. *Substantia* e *subiectum* estão na mesma relação. Assim, a partir de então, o ser humano assume a posição de sujeito. Um ser que, conforme vimos na citação acima, possui como atributo exclusivo, a possibilidade de conceber a verdade, isto é, a capacidade de identificar algo como isto ou aquilo, em outras palavras, de determinar o que é o ente por meio da representação.

A representação, no sentido moderno, coloca o ser humano como a referência. O que vem como representação passa a ser entendido como contraposto a essa referência, ou seja, contraposto ao ser humano. Desde então, o que é o ente deve ser determinado a partir da re-apresentação. Ou seja, a representação significa a apresentação do ente em conformidade com a verdade do ser humano sujeito.

Diferenciando-se do perceber grego, o representar moderno, cujo significado é expresso aproximadamente pela palavra *repraesentatio*, quer dizer algo muito diferente. Re-presentar significa aqui trazer para diante de si o que-está-perante enquanto algo contraposto, remete-lo a si, ao que representa, e, nesta referência, empurrá-lo para si como âmbito paradigmático. Onde tal acontece, é o homem que, sobre o ente, se põe como imagem. [...] Com isso, o homem põe-se a si mesmo como a cena, na qual o ente doravante se tem de re-presentar, presentificar [*präsentieren*], isto é, ser imagem. O homem torna-se no que representifica [*Repräsentant*] o ente, no sentido do que é objetivo.⁴

⁴ HEIDEGGER, 1998, p. 114-115.

O ponto explicitado apresenta o lastro que abriu a possibilidade de a metafísica se pronunciar conclusivamente sobre os entes e a verdade. Pode-se dizer que a metafísica de Descartes visa o deslocamento da especulação, modo de ser próprio da metafísica, para o da certeza do conhecimento, modo de ser da ciência moderna.

Descartes deu início à consumação da tarefa da metafísica (Ibidem): definiu o ente e como chegar a ele. A consumação desse movimento fundou uma era, um tempo: A modernidade (*Neuzeit*) que se estende aos nossos dias. “Que o mundo se torne imagem e que o homem, dentro do ente, se torne *subjectum*, é um e o mesmo processo.” (Ibidem, p. 115).

A instauração do entendimento de ser humano como sujeito, abarcando as implicações concernentes, significou a junção dos elementos necessários para a instalação da ciência moderna. Esta, por sua vez, representou o cancelamento da imagem de mundo, mediante o mapeamento dos entes sob o viés da certeza, igualmente legitimando a decisão sobre a essência da verdade.

A ciência moderna como produto do ser humano sujeito

Nas citações anteriormente colocadas, estão os alicerces de sustentação e manutenção da ciência moderna: o eu como sujeito e a verdade na correspondência a esse sujeito. “[...] concluí que poderia tomar por regra geral que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras, [...]” (DESCARTES, 1999, p. 62-63).

Essa é uma das passagens que remetem a pontos fundamentais na formulação da imagem de mundo identificada por Heidegger: a decisão sobre a essência da verdade e a determinação de quem a promove.

Desde Aristóteles, a questão da verdade havia sido apresentada e creditou-se ao filósofo estagirita a concepção do juízo como lugar da verdade. Conforme Heidegger, em decorrência desse encaminhamento, Tomás de Aquino apresentou a seguinte concepção de verdade: adequação do pensamento à coisa.

Essas proposições [...] desempenharam importante papel ao se elaborar posteriormente a essência da verdade como *adaequatio intellectus et rei*. Tomás de Aquino, que remete a sua definição a Avicenna, que por sua vez, remete ao Livro das Definições (século X) de Isaak Israelis, também usou para (*adaequatio*) os termos *correspondentia* e *convenientia*.⁵

Descartes retira o viés especulativo da essência da verdade e a coloca na posição de certeza para a identificação do ente. A partir de então, o ente é apresentado como objeto do conhecimento. Enquanto, na antiguidade, a presença do ente é apreendida como dado a partir de si mesmo; com a invenção do sujeito cartesiano, esse entendimento é reconfigurado e, desde então, o ente passa a ser recepcionado como presença no tempo e

⁵ HEIDEGGER, 1998a, p. 282.

no espaço na forma de representação do sujeito. Ou seja, aquilo que antes era considerado um ente, tem agora sua verdade estabelecida como representação, na medida em que o ser humano passa a ser o decodificador do que está contraposto a ele. As coisas do mundo, que se contrapõem ao sujeito pensante, são o que são por representação desse sujeito. (HEIDEGGER, 2001, p. 126).

“[...] só concebemos os corpos por intermédio da capacidade de entender que há em nós e não por intermédio da imaginação nem dos sentidos, e que não o conhecemos pelo fato de os ver ou de tocá-los, mas apenas por concebê-los por meio do pensamento, [...]”.⁶ (DESCARTES, 1999, p. 268)

Convém atentar que não se trata apenas de conceber que Descartes legitima o que já tinha sido especulado como verdade desde as releituras de Aristóteles. Os Antigos especularam sobre uma possível correspondência, mas, conforme sucinta elucidação acima, não há, nos Antigos, uma concepção de pensamento como atributo do sujeito pensado como substância, e também não há um entendimento de coisa no sentido de objeto como representação do sujeito. Em suma, paralelo à legitimação da essência da verdade como correspondência, efetivou-se uma reorientação decisiva sobre o pensamento e sobre os entes. Por causa dessa reconfiguração, foi possível estabelecer a legitimação da verdade como correspondência. “[...] tudo o que se apresenta ao meu espírito com evidência é totalmente verdadeiro. [...]” (Ibidem, p. 311).

Estavam lançadas por Descartes as bases seguras do conhecimento que, conforme já pontuado, poderiam tornar o ser humano “senhor e possuidor da natureza”, pois, a partir de então, se considerava provado e sem sombra de dúvida que o ser humano possui as condições, melhor dizendo, o ser humano é a condição para tornar conhecido o desconhecido. A ciência ressurgiu como o saber por excelência. Esta, plenamente guiada pela racionalidade do sujeito pensante, determina-se na história do conhecimento como ciência moderna.

As investidas cartesianas possibilitaram a elaboração dos conceitos essenciais para a estruturação do método científico. Método este que serve como procedimento de descoberta do desconhecido, ao mesmo tempo em que fornece a garantia de o sujeito pensante ter de fato “concebido clara e distintamente” o que se propôs a pesquisar. Por exemplo, considera-se como regra aquilo que, nos fatos sob mira, é permanente e cujas constantes alterações são previsíveis. Entende-se por lei o que constitui a necessidade da permanente mudança, para que aquilo que está em observação seja o que ele é. (HEIDEGGER, 1998, p. 102).

O modo de proceder da ciência moderna parte do conhecido para o desconhecido. A ciência moderna, à diferença da ciência dos antigos, tem um ponto de partida determinado, certo e conhecido, validado pelo *cogito*, ou seja, validado no pensamento certo e seguro do sujeito. Sua tarefa imediata é a explicação, na medida em que o desconhecido precisa ser explicado a partir do que se conhece, dentro dos limites já

⁶ DESCARTES, 1999, p. 268.

estabelecidos para que o desconhecido se torne conhecido. “Fundamenta algo desconhecido através de algo conhecido e verifica, ao mesmo tempo, este conhecido através daquele desconhecido” (Ibidem). É importante ressaltar que, na medida em que Heidegger discorre sobre o encaminhamento da ciência moderna, ele está igualmente a comunicar que entra em curso decisivo o processo de configuração de mundo. O avanço da ciência expressa, ao mesmo tempo, a concretização do mapeamento e descrição de mundo

A ciência moderna passa a ser a institucionalização da certeza do conhecimento. Ela se converte no produto da racionalidade do ser humano sujeito, isto é, do ser humano concebido como sujeito do pensamento. Essa institucionalização instaura o surgimento dos institutos de ciência, que ganham autoridade e notoriedade na medida em que se efetiva um monitoramento e investimento por parte de empresas. Essas empresas passam a gerir os resultados e a determinar os campos de atuação e expansão dos resultados da ciência (Ibidem p. 106).

Com a determinação da natureza humana, o mecanismo de verificação da verdade e a consequente instauração da ciência, desdobra-se um recorte dos argumentos que confirmam a tese heideggeriana da instauração da imagem de mundo a partir da modernidade.

Na tematização acerca dos encaminhamentos produzidos pela ciência moderna, mantida e organizada sob o domínio de empresas, Heidegger atesta o surgimento de um tipo específico de sujeito nascido da relação entre ciência e empresa. Na caracterização desse sujeito de ciência, o filósofo nos diz que a dimensão erudita desse sujeito, cede lugar ao sujeito empreendedor, ou seja, cede lugar ao sujeito produtivo. Em lugar do empenho com livros, bibliotecas e material de pesquisa, ascende a primazia pela discussão em colóquios, apresentação de resultados, firmação de convênios empresarias e teias de relações que garantam a produtividade do que interessa desenvolver e tornar conhecido.

O desenrolar-se decisivo do caráter de empresa moderno da ciência cunha também, por isso, uma outra espécie de homem. O erudito desaparece. É rendido pelo investigador que está nos seus empreendimentos de investigação. Estes, e não o cuidado de uma erudição, dão ao seu trabalho o ar fresco. O investigador já não precisa de nenhuma biblioteca em casa. Ele está, aliás constantemente em viagem. Discute em colóquios e informa-se em congressos. Vincula-se a encargos de editores. Estes codeterminam agora que livros têm de ser escritos.⁷

São descrições que, com o passar do tempo, têm se confirmado sistematicamente. É pouco provável que consigamos encontrar neste início do século XXI, a atuação de um cientista/pesquisador que não esteja vinculada a uma empresa, seja ela uma agência de fomento ou um setor específico de pesquisa das universidades.

CNPq e CAPES são exemplos de órgãos da instância federal que funcionam como empresas que gerenciam e determinam o que interessa pesquisar. Elas ditam as normas

⁷ Ibidem, p.107.

e regras de pesquisa, avaliam os resultados produzidos e também os periódicos que publicam esses resultados. Os recursos que disponibilizam para a pesquisa destinam-se a quem mais produz, em conformidade com o que está estabelecido como pesquisa. As agências de fomentos e órgãos das universidades regionais reproduzem esse mesmo entendimento. O valor do pesquisador é calculado pelo que ele produz: convênios e parcerias com empresas, número de publicações, número de colóquios, congressos e demais eventos de natureza científica em que participou.

Para além do fato da atuação inseparável entre empresa e pesquisa, há que se observar a vigência de uma concepção única de pesquisa e saber. Os formulários de pesquisa são, em sua maioria, estritamente elaborados sob a ótica do saber científico. Desconsidera-se a instância da arte e da filosofia. Os formulários de descrição, seja como projeto ou conclusão de pesquisa, são basicamente os mesmos, não importando as especificidades da área de atuação.

O domínio da ciência impõe o seu formato de pesquisa, perguntas e respostas a todas as demais áreas. Pergunta-se, por exemplo, indistintamente por resultados objetivos e/ou concretos, entendendo-se com isso que há resultados quando se pode objetivamente mensurá-los.

Marilena Chauí, filósofa brasileira, recorrentemente tem levantado a discussão sobre o *modus operandi* empresarial da pesquisa, sobretudo nas universidades. Ela tem denunciado o papel operacional da universidade em lugar da universidade do pensamento e da reflexão, e tem criticado a atuação da universidade a serviço da produção em lugar do conhecimento.

Esse fato expressa um agravamento da institucionalização da pesquisa no âmbito empresarial, que Heidegger pontuava nos anos 30 do século passado, em razão do estabelecimento da ciência moderna. As considerações de Chauí revelam uma espécie de inversão dos objetivos da universidade. A questão do conhecimento perde a sua primazia, mas em seu nome, erguem-se empresas e acordos empresariais.

“Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional, e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual [...]”.⁸

“Numa organização, uma ‘pesquisa’ é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma ‘pesquisa’ é um ‘survey’ de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo de um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua

⁸ CHAUI, p. 07, 1999.

mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito na fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior”.⁹

Chauí atesta exatamente o agravamento do *modus operandi* da pesquisa, base de sustentação e manutenção da ciência. A produção, em lugar do conhecimento, satisfaz a exigência do “saber”. Nesta citação, a interpretação de Chauí corrobora a de Heidegger. Na ciência moderna, o esquema da pesquisa já está totalmente delineado, tem um propósito, uma rota a seguir e um objetivo a alcançar. Um passo fora do roteiro ou um dado inesperado que implique no redirecionamento da pesquisa, podem ser um obstáculo à continuidade dos investimentos na pesquisa.

Esse *modus operandi* da pesquisa atravessa as diversas áreas dos saberes. Nas artes e na filosofia, são feitas as mesmas cobranças por produtividade. Neste encaminhamento, a filosofia e a arte se veem conduzidas ao enclausuramento das ideias e reflexões. Em lugar do pensamento, da reflexão e da meditação, importa a intervenção com resultados concretos e mensuráveis. Crescentes são as pesquisas com focos nos problemas sociais objetivando a intervenção e o controle, como bem afirmou Chauí. A pesquisa, independente da área em que atua, precisa responder um “Para quê?” e “Por quê?”, objetivos e concretos.

Sob o pretexto da inter e transdisciplinaridade, se justifica muitas vezes a impossibilidade de traçar uma linha divisória, por exemplo, entre filosofia e ciências sociais. Não é por acaso que, no mais recente documento do MEC sobre a educação básica no Brasil, a filosofia integra o rol das Ciências Humanas Sociais Aplicadas. A Base Nacional Curricular Comum, a BNCC, normatizadora do ensino no Brasil, reafirma oficialmente o que vinha se estabelecendo desde a instauração e domínio da ciência moderna.

Uma demorada reflexão sobre a concepção de ciência moderna e seu *modus operandi*, mostra que ela se impõe como a mais impactante manifestação da imagem de mundo inaugurada com a modernidade.

A ciência, pensada modernamente, ocupa os diversos espaços da atualidade na sociedade ocidental, mesmo onde ela parece não se fazer presente, por exemplo, na vida diária das pessoas mais simples em suas comunidades. Nessas instâncias, a ciência também está presente, pois, em geral, se vive e se comporta conforme o que é veiculado na mídia sob o suposto regramento da ciência como condutora da verdade.

Até mesmo quando se supõe a negação da ciência, mais se mostra a afirmação do seu domínio. Nos últimos meses, o mundo tem travado uma batalha no campo das ideias

⁹ CHAUI, p. 08, 1999.

contra o que tem sido veiculado como negacionismo da ciência. A crise sanitária mundial provocada pela covid-19 tem movimentado uma discussão sobre uma suposta negação da ciência. Defendemos outro viés de entendimento. Entendemos que, de fato, se caracteriza um negacionismo, mas não exatamente uma negação da ciência, haja vista que ela mesma, a ciência, é requisitada em defesa dessa suposta negação.

Pessoas, grupos e até dirigentes de outros países, além do Brasil, defenderam recentemente o uso do medicamento Cloroquina para prevenção contra a covid-19, sobrepondo-o às vacinas descobertas. Este fato mobilizou nações e envolveu o órgão máximo da saúde, a Organização Mundial da Saúde, OMS, com ações contundentes para conter o que se mostrava como negação da ciência. Uma análise mais acurada neste dilema, nos faz entrever que não se pode dizer propriamente que se trata da negação da ciência, pois o uso da Cloroquina foi amplamente defendido por profissionais da ciência com argumentos do escopo científico.

Independente do argumento apresentado pelos defensores da Cloroquina, se frágeis ou fortes, consistentes ou inconsistentes, importa atentar que a defesa desse medicamento e similares ocorreu em nome da ciência¹⁰. É constatável, em documentos e sites veiculados sobre o dilema enfrentado, o domínio da ciência como suporte da verdade para ambos os lados.

A descrição do dilema não tem a intenção de entrar no mérito da discussão, mas, tão somente testificar o domínio da ciência, mesmo onde se presume a sua negação.

Considerações finais

As concepções de ser humano como sujeito e ciência moderna foram apresentadas com a pretensão de enfaticamente mostrar que apenas a partir da modernidade surge uma representação de mundo.

Expomos, seguindo a via de Heidegger, a concepção de ser humano sujeito como ponto de partida para fundação da nova era, em que a ciência moderna se apresenta como a manifestação mais significativa desse novo tempo.

Mundo aparece como representação do sujeito. Essa representação não seria possível em eras anteriores, pois o ser humano ainda não havia sido recepcionado como

¹⁰ A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, pelo Congresso Nacional do Brasil, a fim de verificar a atuação do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, apresentou dados e informações que, se analisados devidamente, mostram claramente que não se trata de negacionismo da ciência, ainda que se atribua esta acusação. Um dos pontos em investigação é a prescrição da Cloroquina pelo Ministério da Saúde. As diversas audiências mostraram cientistas e profissionais da área médica, ligados ao Ministério da Saúde, defendendo o uso da Cloroquina por meio de argumentos da ciência. Antes da instauração da CPI, era possível encontrar na mídia, amplo material com defesa científica, instruindo o uso da cloroquina para prevenção da covid-19, inclusive no site do Ministério da Saúde. Outra via argumentativa de ação contrária às vacinas é a imunidade de rebanho ou imunidade coletiva. Essa estratégia é reconhecidamente um dispositivo, fruto do conhecimento científico, que tem por objetivo o controle de doenças infecciosas, após grande parte da população infectada se tornar imune naturalmente.

sujeito, isto é, como aquele que, no representar, imprime o selo e o carimbo da verdade. O processo fundamental da modernidade é a conquista do mundo como imagem. “A palavra imagem significa agora o delineamento [*das Gebild*] do elaborar que representa.” (HEIDEGGER, 1998, 117).

Apenas com Descartes, o ser humano adquire autoridade para emitir o selo de verdade sobre algo, mediante a convergência do pensado com a coisa que se apresenta.

A partir do ser humano pensado como sujeito, e da ciência moderna que em consequência se instala, o ente na totalidade chega ao seu desfecho. A prova desse desfecho é o poder de dispor de uma imagem de mundo. Torna-se concebível uma imagem de mundo e, a partir dessa imagem, dizer o que é o presente, olhar o passado e desenhá-lo apresentando uma imagem, como também olhar adiante e predizer o futuro. Todas essas imagens, agora possíveis, concordam e estão no escopo da imagem de mundo atemporal fundada na invenção do ser humano como sujeito e instauração da ciência como tutora dessa verdade.

Nessa imagem de mundo atemporal, a concepção de ser humano como sujeito, mesmo tendo surgido a partir das investigações cartesianas, se estende para trás e para frente, e caracteriza o ser humano em todos os períodos de sua existência. Ou seja, a descoberta do ser humano sujeito deu a medida para avaliar, desenhar e imprimir a imagem do passado e projetar a imagem do futuro.

Não é sem razão que devemos acolher com suspeita a interpretação, avaliação e apresentação que se faz da história. Igualmente, não é sem razão o empenho de filósofos da contemporaneidade, a exemplo do próprio Heidegger, em mostrar que o ser humano, pensado como sujeito, é uma via limitada de revelação do enigma humano. Cada vez mais tem se mostrado um problema conceber o ser humano sujeito como fundamento absoluto da verdade.

Mostramos que a ciência continua a ser o mecanismo de legitimação da verdade e o referencial para produção do conhecimento, até mesmo onde a ciência se apresenta questionada.

Buscamos ainda apresentar a ciência moderna como construção somente possível a partir da concepção do ser humano como sujeito, promovida pela filosofia de Descartes. Caracterizamos o domínio da ciência como fenômeno que se instala e se torna maior que o conhecimento e o ser humano sujeito juntos.

Sinalizamos a ocorrência de um processo em fase de consumação em nossos dias: ao invés de o ser humano alcançar a posição de senhor e possuidor da natureza, pretendida por Descartes, o sujeito passa à condição de refém do domínio da ciência. Em lugar do pensamento, a produtividade; em lugar do conhecimento, os resultados objetivos. O valor do conhecimento passa a ser medido, e é avaliado em termos de produtividade.

Referências

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior**, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>>

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad. Enrico Corvisieri. Col. Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural LTDA, 1999a.

_____. **Meditações**. Trad. Enrico Corvisieri. Col. Os Pensadores. São Paulo: Ed. Nova Cultural LTDA, 1999.

_____. **Princípios da filosofia**. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Nietzsche II**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **O tempo da Imagem do mundo**. In. Caminhos de Floresta. Trad. Alexandre Franco de Sá. Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

_____. **Seminários de Zollikon**. Trad. Gabriella Arnholde Maria de Fátima de Almeida Prado. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis: Vozes, 1998a.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.